

UMA LEITURA DA CONJUNTURA ACTUAL DO PAÍS DESDE A ‘LAUDATO SI’

Há pouco mais de um ano, o Papa Francisco nos obsequiava a todos com a encíclica ‘Laudato Si’ que, como ele mesmo diz, se situa no magistério social da Igreja (n. 15). Nela, o Papa apresenta uma visão holística, integrada e integradora da realidade. Com efeito, no IVº Capítulo ele explica qual é o modelo ou paradigma desde o qual interpreta a realidade: Uma ecologia Integral.

Já anteriormente na encíclica *Evangelii Gaudium* nos ofereceu um modo de ver o mundo: *“O modelo não é a esfera na qual cada ponto é equidistante do centro, não havendo diferenças entre um ponto e o outro. O modelo é o poliedro, que reflecte a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade. Tanto a acção pastoral como a acção política procuram reunir nesse poliedro o melhor de cada um. Ali entramos pobres com a sua cultura, os seus projectos e as suas próprias potencialidades. Até mesmo as pessoas que possam ser criticadas pelos seus erros, têm algo a oferecer que não se deve perder. É a união dos povos, que, na ordem universal, conservam a sua própria peculiaridade; é a totalidade das pessoas numa sociedade que procura um bem comum que verdadeiramente incorpore a todos”* (n. 236).

A ecologia integral supõe reconhecer que tudo está intimamente interligado e que a saúde das nossas instituições tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana (n. 142). Hoje, que tanto se fala de “ambiente de negócios” pode nos resultar fácil perceber que quando falamos do ambiente que devemos cuidar nos referimos a uma realidade que vai além da natureza. A ecologia estuda as relações entre todos os seres vivos e o ambiente onde se desenvolvem: ambiente social, económico, cultural. Por isso podemos perceber que *«toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais»* (n. 142).

É desde esta perspectiva que queremos apresentar a nossa reflexão sobre alguns elementos que põem em risco a convivência “ecológica” no País nestes momentos.

CONFLITO DE TERRAS

Para situar este problema queremos sublinhar que, nestes últimos anos, África é a despensa de Europa e do resto do mundo. Desde o ano 2000 até 2013, 56 milhões de hectares de África foram vendidas ou entregues a estrangeiros, entanto que, no mesmo período 18 milhões

foram vendidas a estrangeiros em Ásia, 7 nas Américas (Norte e Sul conjuntamente) e somente 2 entre Europa e Oceânia. O destino destas terras é, na maior parte, para o agro-negócio: exportação de alimentos e/ou produção de bio-combustíveis. Isto significa que a solução à crise energética e alimentar mundial, as empresas e os governos dos países industrializados estão a procurá-la em África.

De todos os países africanos, um dos mais cobiçados pelas empresas e países estrangeiros nestes últimos anos é Moçambique. De facto, o investimento estrangeiro no País tem aumentado rapidamente nos últimos anos. De acordo com o Banco Nacional de Moçambique, em 2013 Moçambique foi o terceiro maior destino de IED (Investimento Estrangeiro Directo) em África. Nos últimos anos Moçambique tem vendido ou entregue para projectos de agro-negócio 535.539 hectares para empresas estrangeiras. De facto em 2007 foram identificadas em Moçambique cerca de 33 milhões de hectares (um 40% da superfície cultivável do país) como válidas para o cultivo de bio-combustíveis. E em 2009 se realizou à iniciativa do Banco Mundial a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional do G8, para abrir Moçambique a projectos de agro-negócio de grande escala. Ao abrigo da Nova Aliança, um acordo-quadro foi assinado com Moçambique, acordo que foi transformado em política pública nacional: o Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário (PNISA), que se tornou no instrumento que operacionaliza o desenvolvimento da agricultura em Moçambique. Não é por acaso que a partir dessa data começa a chegada de empresas e mega-projectos com planos traçados de desenvolvimento agrícola.

Destas políticas económicas do País, os camponeses sabem pouco, mas padecem as consequências. São ‘convidados’ pelas políticas económicas do Governo, senão obrigados, a passar duma agricultura familiar para uma agricultura de contrato. É dizer: entregam as terras a empresas estrangeiras que podem as rentabilizar mais e melhor e eles ficam como empregados das mesmas. De salientar que a tecnologia do agro-negócio não precisa de muita mão-de-obra, pelo que a promessa de emprego dos agricultores fica em simples promessa. Por outra parte, o produto do agro-negócio não tem como finalidade abastecer a população local, mas a exportação, pelo que o camponês ficará sem terra, sem trabalho e sem comida que deverá comprar importada a preço de importação.

Em todas as províncias do País estão a surgir conflitos por causa da terra (Maputo, Gaza, Tete e, sobre tudo, as províncias do norte: Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia). Seja com

a chegada dos mega-projectos ou outras empresas ou investimentos ligados a eles, a terra é um bem cobiçado que se torna raro para o natural tanto no meio rural como nas cidades.

A modo de exemplo podemos lembrar o Programa de Pro-savana que é um programa que resulta de uma parceria entre os Governos de Moçambique, Japão e Brasil, com objectivo de desenvolvimento da agricultura em grande escala (agro-negócio) no Corredor de Nacala (Nampula, Niassa e Zambézia), ocupando 19 Distritos e intenções de aproveitamento de mais de 14.5 milhões de hectares de terra.

O Projecto de Desenvolvimento do Rio Lúrio foi secretamente apresentado a um grupo restrito em Janeiro de 2014. Em termos de peso de implementação do projecto, a província de Nampula representa 57%, Cabo Delgado 18% e Niassa 25%. No âmbito do projecto, prevê-se a construção de duas barragens sobre o Rio Lúrio para a produção de energia eléctrica, com uma capacidade de 40 MW e 15 MW, respectivamente, e implementação de agro-negócio e criação de gado bovino.

Para além desde grandes investimentos também existem projectos privados de sector agrário que estão a usurpar terras comunitárias: Jacaranda, Agro-Alfa, Matanuska...

Em outros Distritos de Nampula e Cabo Delgado desde os meados do ano 2013 estão a sofrer grandes explorações ilegais e legais (empresas concessionadas) de recursos minerais (ouro, pedras preciosas), que estão causando impactos negativos nas comunidades: aumento da violência e criminalidade, da prostituição, trabalho forçado de crianças, e desistência escolar devido à exploração de recurso minerais, morte e assassinatos de diferentes tipos além da violação da dignidade humana e os direitos que dela procedem. O ambiente que se vive nas minas é desolador. Os próprios garimpeiros não temem riscar a vida por uma pequena pedra que os fará ricos porque como eles próprios dizem: *“a pedra é vida”*.

Em Cabo Delgado a prospecção de gás e petróleo na bacia do Rovuma trouxe conflitos de terras em Palma e na cidade de Pemba por causa da implantação da empresa Portos de Cabo Delgado em vistas à construção dum porto de logística para a exportação do gás e petróleo. Neste conflito percebeu-se que o assunto é também uma questão de poder político entre o Conselho de ministros que concede a terra sem respeitar o processo legal e o poder municipal que também se considera com a responsabilidade de velar pelo Uso e Aproveitamento das

Terras e o processo de novas ocupações dentro dos limites do Município. De facto, verifica-se o que o dito afirma: *“quando dois elefantes lutam, quem sofre é o capim”*. E neste caso o capim é a população que fica sem protecção e penalizado.

Mas não só. O conflito de terras é um problema político porque, ao final, na prática, não é certo que a terra pertence ao Estado e não pode ser vendida nem empenhorada, mas a terra é factualmente repartida entre os libertadores da Pátria os quais, numa falsa concepção do messianismo político libertador consideram que tem direito a serem ricos e a receberem recompensa pelo sacrifício que fizeram. Assim, o País está entregue às mãos dos ‘grandes generais’ que se consideram aptos para decidir da sorte de todos os moçambicanos por eles libertados das mãos do colonialismo. Volta-se assim, na cabeça da classe dirigente do País a um Estado feudal no qual o camponês não tem direito sobre a terra pois que esta pertence ao senhor que a explora à própria vontade.

A percepção que da terra têm as comunidades é, obviamente, diferente daquela que os governantes têm. Em Moçambique há muita terra, mas, na sensibilidade das comunidades, não há terra ‘sem dono’, mas, atenção, os donos são elas, as próprias comunidades. E é que não porque nesse momento uma terra descansa é que está abandonada. As comunidades locais têm consciência de qual é a terra que lhes pertence, mesmo se não têm precisado realizar demarcações nem limitações. De facto até agora não eram necessárias. Pois, que mesmo a Lei reconhece o uso costumeiro como direito do uso e aproveitamento da terra.

Mas, no País, não se respeita a lei da terra nem a de indústria extractiva nem o decreto de reassentamentos. Esta ‘arbitrariedade’ do uso e abuso da lei da terra quebra o tecido social e é causa de conflito social. A população já não confia nos seus dirigentes ou régulos que cederam as terras sem consultar. A polícia, que devia ser quem protegesse a dignidade e os direitos do povo, torna-se em agressora dele protegendo os interesses das empresas privadas... O Governo que devia velar pelo bem-estar da população faz ouvidos surdos e abandona a à sua própria sorte... Estabelecem-se assim relações de desconfiança, insatisfação, receio e frustração a todos os níveis.

PROGRAMA DE TERRA SEGURA

Frente ao problema dos conflitos de terras, o Governo tem lançado o programa de Terra segura. Este programa visa, num período de cinco anos, entregar o DUAT a um certo número

de camponeses. Este programa se apresenta como a preocupação do Governo em assegurar o Uso e Aproveitamento de Terra dos moçambicanos por acima dos interesses das empresas que chegam considerando que, bem organizados, em Moçambique há terra para tudo e para todos.

O que o programa não diz é que:

- Só um número reduzido de pessoas receberá o DUAT (em Nampula, por exemplo, está previsto entregar o DUAT a 5.000 pessoas em cinco anos, num universo de 3.500.000 o que corresponde a 0.14% da população),
- É o próprio Programa quem escolhe os Distritos onde se distribuirão os DUATs,
- O DUAT será pessoal, baseado no pedaço de terra ocupado pelo indivíduo ou a família. Não haverá DUAT para comunidades, finalizando com o conceito de “terras comunitárias”.

Tudo isto dá a entender que este Programa é um pouco “fazer de conta que”, mais do que uma preocupação real por reconhecer o Direito de Uso e Aproveitamento das comunidades sobre as terras por elas ocupadas.

CONFLICTO MILITAR

Nem é necessário trazer presente o ambiente social e político criado pelo conflito entre as forças de segurança do País e as forças da RENAMO. De facto, a população está agastada com um problema de busca de poder entre os dois partidos que protagonizaram a libertação do País e que utilizam o povo para justificar dita luta. É uma maneira de bloqueio e de não deixar avançar a democracia. Paralise da qual ambos os partidos são responsáveis.

Se pode observar que as decisões sobre a nação ainda continuam a ser bipolarizadas por estes dois partidos que não permitem outros extractos da sociedade tenham a oportunidade de decidir sobre suas vidas num processo aberto de diálogo sem coerção, partindo em igualdade de circunstâncias, envolvendo mais partidos políticos, as igrejas e mais actores da sociedade civil, tornando um processo mais inclusivo. Infelizmente os dois partidos preferem discutir a porta fechada deixando transparecer que o que está por detrás de ambos partidos são interesses pessoais ou partidários e não a procura do Bem comum.

De facto poderíamos nos perguntar: a quem beneficia este conflito? Muito se fala de que nos países onde se descobrem riquezas mineiras, cria-se conflitos locais para facilitar a exploração arbitrada dos mesmos. Podemos lembrar o conflito, ainda actual, da República Democrática do Congo por causa do Coltão, a guerra de Serra Leoa por causa dos diamantes, sem esquecer as actuais guerras do Oriente Médio: Iraque e Síria... quem está financiando o conflito em Moçambique? Quem está interessado na instabilidade do País? Há quem diga que os conflitos armados que estamos a vivenciar actualmente em Mkondedzi e outras partes do País têm, como uma das razões, a distribuição desigual das receitas provindas da actividade de extracção mineira.

Não se percebe por quê a população tem de suportar e padecer um conflito bilateral e, se não é unicamente bilateral, mas social, concernente toda a sociedade moçambicana por quê não se incluem outros sectores sociais na mesa de diálogo. Fala-se muito da falta de reconciliação nacional e falta de respeito pelos acordos de paz de 1992 como base deste conflito, mas intuem-se agendas ocultas e motivações que, se calhar, somente os beligerantes conhecem.

Cada vez há maior convicção da criação e funcionamento de esquadrões de morte que se encarregam de matar membros da Renamo e pessoas influentes que podem por em perigo a hegemonia do partido no poder. Após as duas tentativas de assassinio do líder da Renamo Afonso Dlakama, houve o atentado ao Secretario Geral da Renamo Manuel Bissopo na Beira, assassinato do constitucionalista Gil Sistac em Maputo assassinato de seis deputados da Assembleia provincial de Manica, e um em Tete, atentado a chefe da bancada da Renamo, Maria Ivone Soares, em Quelimane, o assassinato recente de Jeremias Pondeca, membro da comissão mista ocupando o cargo de chefe da subcomissão dos assuntos ligados a descentralização que esta a discutir o cessar-fogo, o fim das hostilidades militares, membro do conselho de Estado e os últimos assassinatos dos membros da Assembleia Provincial de Sofala. São casos que ainda não foram resolvidos e que atentam os direitos básicos de liberdade de opinião, expressão, circulação...

Tudo isto cria uma certa crispação na população, que é cada vez mais consciente dos seus direitos e das artimanhas dos partidos beligerantes, ao mesmo tempo que desconfiança e perda de credibilidade na política. De facto são já muitos os militares, civis e políticos mortos por uma incapacidade de se sentar a dialogar franca e abertamente olhando não o próprio interesse mas o bem comum e a população.

CRISE ECONÓMICA

As consequências da crise económica provocada pela descoberta de dívidas ocultas contraídas em nome do Estado já se fazem sentir em todos os sectores da sociedade e da vida no País. De acordo com a edição de 25 Outubro de 2016 do relatório sobre as Perspectivas Económicas Regionais para a África Subsaariana, divulgado em Washington pelo FMI, Moçambique verá a sua dívida pública subir para 112,6% este ano e abrandar para 103,2% em 2017. Isto significa que tudo aquilo que produzirmos nos próximos anos não é nosso: estamos a dever! As consequências disto é nefasto para todos, de maneira especial os mais vulneráveis da sociedade.

Alguns exemplos:

Em várias instituições e lugares de comércio se constata cada vez mais os robôs por funcionários da mesma instituição, facto que não acontecia dois anos atrás, ou não da mesma forma que hoje. Funcionários e trabalhadores começam a pedir salários adiantados para comprar comida e despesas correntes que antes conseguiam cobrir. Estão a gastar em adiantado os salários. Lojas ou comércios estão a pedir por adiantado o dinheiro do pedido do material solicitado quando este já não está em existência. A perda de trabalho está cada dia a ser um problema. Por exemplo: aqueles que trabalhavam ou fazia busca-to regular nas oficinas como mecânico, estão a ser despedidos, já que não há carros suficientes para ser arrançados. Antes da crise, havia de 8 a 10 Chapas que saiam de Chimoio para Beira e de Beira para Chimoio, hoje são apenas três por dia. Na UCM nas faculdades existentes na Beira está a aumentar a desistência por não poder pagar as propinas. Nos internatos de ESMABAMA (Estaquinha, Mangunde, Barada, Machanga) cada semana há desistência de alunos externos, mas diminuiu a desistência dos internos. Explicação: no internato tem comida. As escolas privadas estão a anunciar suas inscrições para o próximo ano lectivo com um preço para seis meses com possibilidade de modificar os pagamentos no início do ano académico.

Os hospitais carecem de medicamentos e de combustível para as ambulâncias. Não podem pagar a energia pelo que não podem fazer análises. Já não podem dar de comer aos doentes e estão a pedir aos familiares que tragam comida para os doentes... O peso das dívidas ocultas recai sobre a população que tem de pagar mais por menos serviços, quantidade e qualidade e não parece acontecer o mesmo com os membros da Assembleia da República pelo que o

sentimento da população de ser injuriado aumenta criando uma situação de crispação social difícil de conter.

É com esperança que escutamos as notícias da auditoria independente que será feita. O que a população espera é a responsabilização daqueles que contraíram a dívida e, com isso, a recuperação da economia do País... após ter aprendido as lições necessárias de distribuição da riqueza. Mas certo cepticismo envolve todo o processo. Seja o que for, devemos esperar um ano 2017 muito, muito difícil com situações de miséria, morte, violência e aumento da criminalidade.

Da salientar que esta situação está a ser bem aproveitada pela China quem já se tem disponibilizado a pagar a dívida... com certeza China não oferece a mão generosa, gratuita e altruistamente (que não beneficiaria o País pois que continuaria a haver dívidas ocultas sempre perdoadas), mas... é uma maneira de ‘comprar’ Moçambique através de negócios de exploração.

REDUÇÃO DE LIBERDADES

O ambiente que vivemos no nível social é de cada vez menos desfrutar de menos liberdades. Podemos lembrar o repatriamento forçado da jovem espanhola por se manifestar contra o assédio sexual nas escolas, as ameaças a Castel Nuno Branco e os jornalistas em 2014 ameaças, militarização e ataque aos organizadores das manifestações, de maneira particular em Maputo e a intimidação a todo aquele que não se manifeste positivamente pelas políticas do governo no poder. De facto a partidarização da sociedade limita a liberdade de expressão, de pensamento e até de associação pois que mesmo amizades entre membros de partidos diferentes são mau vistas e podem até ser punidas solapadamente.

Tem havido manifestações de autoritarismo no governo do poder como é o caso do ministro de agricultura num encontro que se realizou em Maputo sobre o Programa Pro-savana que acusou de inimigos do desenvolvimento todo aquele que não aceitasse dito Programa... Mas não só foi esse ministro e nessa ocasião, mas são várias as pessoas que se sentem intimidadas para defender os seus direitos ou os direitos da sua comunidade porque são acusados de ser da oposição.

SOCIEDADE CIVIL

O cidadão moçambicano está cada vez mais consciente da sua própria dignidade e de como aqueles que estão no poder já não olham por ele e para ele mas se aproveitaram da sua confiança para encher os bolsinhos e as pastas. A Sociedade civil está mais ou menos organizada nas diferentes províncias do País. E aí onde está organizada, nem sempre goza da liberdade necessária para falar o que deve falar. Isto devido a que muitas das organizações da Sociedade Civil são agências de cooperação estrangeiras ou recebem fundos do Estado e não podem se opor abertamente às políticas do Governo.

Em Maputo, a Sociedade civil está a realizar um papel importante na mobilização da sociedade para ocupar espaços de poder público, não sem dificuldades e ameaças. Está a exigir ser tida em conta na mesa de diálogo e organiza manifestações para a responsabilização da Dívida Oculta.

O IESE, o OMR o CIP, são instituições que estão tomando a palavra, organizando foros abertos de discussão em vistas a fazer crescer o sentido de uma cidadania participativa e fiscalização do exercício da governação. Dentro da Igreja Católica, a UCM e a Escola de Estudos de Ética e Cidadania da Diocese de Pemba também tem-se preocupado em organizar debates sobre os conflitos sociais.

MUDANÇAS CULTURAIS E FÉ CRISTÃ

Temos de confessar que os valores culturais tradicionais já quase não se percebem. Mesmo nas zonas recônditas o que existem são práticas culturais, mas práticas que não veiculam já os mesmos valores. Quando estamos para entrar no ambiente urbano, constatamos que os valores culturais, que já estavam moribundos por causa da grande influência da cultura ocidental, entraram profundamente em crise por causa da violência económica que sofrem as nossas sociedades. Ao mesmo tempo, nas nossas comunidades cristãs se dá uma certa convivência entre práticas culturais negativas por um lado, e compromisso de vida cristã por outro; tendência de olhar para as práticas culturais (curandeirismo, feitiçarias, *malombo*, *nyau*, e outras práticas) como coisas ao mesmo tempo proibidas (pelos padres) e indispensáveis (irrenunciáveis), vivendo num dualismo contraditório, ou num hibridismo cultural. Uma fé aparentemente bem afirmada, com acções concretas, mas é uma fé fragmentada. É só recordar quantos idosos morrem por ser acusados de feitiçaria.

A multiculturalidade, que, por um lado é riqueza, por outro lado também é um desafio pastoral sério. As diferenças (ou conflitos) étnicas ainda vivem em nós. E há sempre tendência de um certo eclectismo cultural por um lado, ou um relativismo cultural por outro.

A inculturação torna-se totalmente difícil porque ela implica a existência de valores e concepções culturais que precisam de entrar em confronto com a proposta do Evangelho, mas acontece que tais valores e concepções culturais quase que inexistem, e que o Evangelho não é profundamente conhecido e, por isso, dificilmente se encarna com toda a sua força e significado.

PISTAS DE REFLEXÃO E ACCÃO:

Há três cenários possíveis nos próximos anos e conforme cada um desses cenários podemos esperar uma evolução diferente da situação no nível social, político e económico. Poderemos continuar com um cenário onde o Governo diga “daqui não saio”: não haverá nenhuma reforma fiscal, nem se responsabilizará ninguém das dívidas ocultas e a FRELIMO continuará a pretender a hegemonia sem se abrir à democracia plural. O Governo pode criar um cenário de “fazer de contas que”. É dizer: “para o Inglês ver”. Aceitar-se-á uma auditoria mas não haverá responsabilização nenhuma. Aceitar-se-á um diálogo político mas... sem resultado nenhum... Calmar-se-á a situação sem resolver os problemas de fundo... Haverá reformas institucionais mínimas para calmar os ânimos sem mudar nada de fundamental. Ou, oxalá, o governo decida entrar num terceiro cenário: “agarrar o boi pelos chifres”. Nesse caso, haveria um reajustamento fiscal e responsabilização da dívida, o diálogo político se abriria a outros sectores da sociedade até chegar a uma Conferência Nacional e uma Assembleia Constituinte que envolva toda a sociedade moçambicana. Os resultados de se colocar num ou outro cenário serão diferentes, evidentemente.

Justiça e Paz:

- **Formação de animadores e sensibilização comunitária**, para garantir a defesa dos direitos nas comunidades, prioritariamente aqueles que tem a ver com o Uso e Aproveitamento da Terra. O que inclui formações e encontros, publicação e difusão de materiais, seguimento de casos...

- **Assessoria Jurídica**, para garantir a defesa dos direitos das comunidades prioritariamente no referente a uso e aproveitamento da terra, o projecto deve contar com um jurista que em rede e parceria com outros e outras instancias possam contribuir efectivamente para a garantia jurídica das comunidades. Isto inclui um jurista a tempo completo para acompanhamento, formação, detecção de casos, seguimento dos mesmo, documentação, seguimento dos processos comunitários...
- **Monitoria de Políticas Públicas**, iniciar com as comunidades o processo de sensibilização e formação para efectivarem a monitoria pública. Por tanto é necessário acompanhar a comunidade no processo de empoderamento para serem activos na monitoria pública. O acesso a informação, a participação política e pública, a construção da democracia, a liderança cidadã... são elementos imprescindíveis deste componente.
- **Aproximar as autoridades** (políticas, tradicionais, religiosas...) entre elas e com a comunidade local para juntos procurar soluções e alternativas aos conflitos e problemas existentes.
- **Estabelecer redes** - que aumentem o nível de eficácia das nossas acções em beneficio das comunidades. Com outras ONGs ao nível nacional ou internacional.
- **Mapeamentos dos problemas existentes nas dioceses** - um método participativo de planificação e consciencialização das comunidades baseada na partilha e conhecimento da realidade de cada comunidade buscando identificar os principais desafios e as melhores formas de enfrentar.

Educação:

- **Implementar cursos de ética e cidadania nas escolas comunitárias**
- **Criar cursos de formação de líderes**
- **Revitalizar os encontros de professores católicos**

Caritas:

- **Organizar programas de ocupação da terra e segurança alimentar**